

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS EM MONTES CLAROS - MINAS GERAIS

Recebido em: 06/12/2025

Aceito em: 09/04/2026

DOI: 10.25110/arqsaude.v30i2.2026-12523



Júlia Oliveira Braga¹
Sabrina Araújo Melo Brito²
Antônio Prates Caldeira³
Lanuza Borges Oliveira⁴

RESUMO: Os Agentes de Combate às Endemias desempenham papel relevante na vigilância e controle de doenças, estando frequentemente expostos a múltiplos fatores de risco laboral e psicossocial. O presente estudo teve como objetivo descrever o perfil sociodemográfico e as condições de saúde autorreferidas desses profissionais. Trata-se de um estudo epidemiológico, transversal e descritivo, realizado entre julho e agosto de 2024, no município de Montes Claros (MG), com 304 Agentes de Combate às Endemias em exercício da função. Os dados foram coletados por meio de questionário estruturado e autoaplicável, elaborado com base em instrumentos validados e nas diretrizes do Ministério da Saúde (2009). As análises foram conduzidas no software SPSS 20.0, utilizando estatística descritiva. Os resultados evidenciaram predominância do sexo masculino (82,2%) e concentração na faixa etária entre 40 e 59 anos (50,7%), com ensino médio completo ou superior (80,6%) e renda familiar entre dois e cinco salários-mínimos (80%). A maioria apresentava mais de dois anos de atuação profissional (63,5%) e vínculo consolidado com o serviço público. Em relação à saúde, as condições foram autorreferidas, com maior frequência de ansiedade, problemas na coluna vertebral e hipertensão arterial. Conclui-se que os Agentes de Combate às Endemias de Montes Claros apresentam perfil sociodemográfico caracterizado por vínculos laborais consolidados e elevada frequência de condições de saúde autorreferidas, o que reforça a necessidade de ações institucionais voltadas à promoção da saúde, à vigilância em saúde do trabalhador e à melhoria das condições de trabalho. Ressalta-se a importância de estudos multicêntricos que ampliem a compreensão sobre as condições de vida, trabalho e saúde desses profissionais.

PALAVRAS-CHAVE: Vigilância em Saúde; Saúde do Trabalhador; Doença crônica; Fatores sociodemográficos.

¹ Graduanda em Medicina. Universidade Afya Montes Claros.

E-mail: julia.braga8@hotmail.com, ORCID: [0000-0001-8165-3828](https://orcid.org/0000-0001-8165-3828)

² Mestranda em Cuidados Primários em Saúde. Universidade Estadual de Montes Claros.

E-mail: sabrinaamelobrito@yahoo.com.br, ORCID: [0009-0008-8124-6710](https://orcid.org/0009-0008-8124-6710)

³ Doutor em ciências da saúde. Universidade Federal de Minas Gerais.

E-mail: antonio.caldeira@unifpmoc.edu.br, ORCID: [0000-0002-9990-9083](https://orcid.org/0000-0002-9990-9083)

⁴ Doutora em ciências da saúde. Universidade Estadual de Montes Claros.

E-mail: lanuzaborges@hotmail.com, ORCID: [0000-0003-0001-654X](https://orcid.org/0000-0003-0001-654X)

SOCIODEMOGRAPHIC PROFILE OF ENDEMIC DISEASE CONTROL AGENTS IN MONTES CLAROS - MINAS GERAIS

ABSTRACT: Endemic Disease Control Agents play a relevant role in disease surveillance and control and are frequently exposed to multiple occupational and psychosocial risk factors. This study aimed to describe the sociodemographic profile and self-reported health conditions of these professionals. This is a descriptive, cross-sectional epidemiological study conducted between July and August 2024, in the municipality of Montes Claros (MG), involving 304 Endemic Disease Control Agents currently active in the role. Data were collected using a structured, self-administered questionnaire developed based on validated instruments and Ministry of Health guidelines (2009). Analyses were performed using SPSS 20.0 software, applying descriptive statistics. The results showed a predominance of males (82.2%) and an age range between 40 and 59 years (50.7%), with complete high school or higher education (80.6%) and a family income between two and five minimum wages (80%). Most participants had more than two years of professional experience (63.5%) and a stable employment relationship with the public service. Regarding health, self-reported conditions were more frequently anxiety, spinal problems, and hypertension. It is concluded that Endemic Disease Control Agents in Montes Claros present a sociodemographic profile characterized by consolidated employment ties and a high frequency of self-reported health conditions, reinforcing the need for institutional actions focused on health promotion, occupational health surveillance, and improvement of working conditions. The importance of multicenter studies to broaden the understanding of the living, working, and health conditions of these professionals is emphasized.

KEYWORDS: Public health surveillance; Occupational health; Chronic disease; Sociodemographic factors.

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DE LOS AGENTES DE CONTROL DE ENFERMEDADES ENDÉMICAS EN MONTES CLAROS - MINAS GERAIS

RESUMEN: Los Agentes de Combate a Endemias desempeñan un papel relevante en la vigilancia y control de enfermedades, estando frecuentemente expuestos a múltiples factores de riesgo laboral y psicosocial. El presente estudio tuvo como objetivo describir el perfil sociodemográfico y las condiciones de salud autorreferidas de estos profesionales. Se trata de un estudio epidemiológico, transversal y descriptivo, realizado entre julio y agosto de 2024, en el municipio de Montes Claros (MG), con 304 Agentes de Combate a Endemias en ejercicio de la función. Los datos fueron recolectados mediante un cuestionario estructurado y autoaplicable, elaborado con base en instrumentos validados y en las directrices del Ministerio de Salud (2009). Los análisis se realizaron en el software SPSS 20.0, utilizando estadística descriptiva. Los resultados evidenciaron un predominio del sexo masculino (82,2%) y una concentración en el grupo etario de 40 a 59 años (50,7%), con educación secundaria completa o superior (80,6%) e ingresos familiares entre dos y cinco salarios mínimos (80%). La mayoría presentaba más de dos años de experiencia profesional (63,5%) y un vínculo consolidado con el servicio público. Con relación a la salud, las condiciones autorreferidas más frecuentes fueron ansiedad, problemas en la columna vertebral e hipertensión arterial. Se concluye que los Agentes de Combate a Endemias de Montes Claros presentan un perfil sociodemográfico caracterizado por vínculos laborales consolidados y una elevada frecuencia de

condiciones de salud autorreferidas, lo que refuerza la necesidad de acciones institucionales orientadas a la promoción de la salud, la vigilancia en salud del trabajador y la mejora de las condiciones laborales. Se resalta la importancia de estudios multicéntricos que amplíen la comprensión sobre las condiciones de vida, trabajo y salud de estos profesionales.

PALABRAS CLAVE: Vigilancia en Salud Pública; Salud Laboral; Enfermedad Crónica; Factores Sociodemográficos.

1. INTRODUÇÃO

O setor de saúde, pela sua crescente complexidade e importância social, constitui um espaço de trabalho dinâmico e estratégico. No Sistema Único de Saúde (SUS), a Atenção Primária à Saúde (APS) desempenha papel essencial na consolidação das ações de promoção, prevenção e vigilância, demandando profissionais com habilidades técnicas, relacionais e sensibilidade social (Organização Pan-Americana da Saúde; Brasil, 2006).

Entre esses profissionais, os Agentes de Combate às Endemias (ACE) destacam-se como trabalhadores estratégicos da vigilância em saúde, sendo responsáveis por atividades como a identificação e eliminação de criadouros de vetores, o manejo ambiental e químico, o monitoramento de situações de risco sanitário e o apoio às ações de educação em saúde junto à população. Sua atuação é regulamentada pela Lei nº 11.350/2006 e ocorre de forma articulada às equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), integrando ações de vigilância, prevenção e controle de agravos (Brasil, 2006; Brasil, 2009).

O exercício dessas atribuições expõe os ACE a condições de trabalho marcadas por esforço físico, deslocamentos territoriais extensos, exposição ambiental e contato direto com situações de vulnerabilidade social, o que pode repercutir tanto sobre a saúde física quanto sobre a saúde mental desses trabalhadores. Independentemente do agravo específico enfrentado em determinado período, trata-se de uma categoria profissional submetida a múltiplos riscos ocupacionais, inerentes à natureza de suas atividades no território.

Ademais, os ACE constituem uma força de trabalho estratégica para o Sistema Único de Saúde, sendo responsáveis por ações de vigilância, prevenção e controle de doenças transmissíveis, especialmente aquelas relacionadas a vetores e fatores ambientais, de modo que, em 2024, o Brasil contava com 104.832 ACE registrados, cujo quantitativo é definido conforme o perfil epidemiológico e as necessidades territoriais,

evidenciando sua importância na proteção da saúde coletiva e no enfrentamento de endemias (Brasil, 2025).

Sua atuação inclui visitas domiciliares, identificação de riscos ambientais, monitoramento de vetores, desenvolvimento de ações educativas e mobilização comunitária, contribuindo diretamente para o planejamento e execução de estratégias de vigilância em saúde. Esse papel tornou-se ainda mais relevante durante a Emergência em Saúde Pública causada pelo vírus Zika, em 2016, e foi institucionalmente reconhecido pela Lei n.º 14.536, de 2023, que consolidou esses trabalhadores como profissionais de saúde, reafirmando sua importância no enfrentamento de epidemias e no fortalecimento das políticas públicas de saúde no território brasileiro (Brasil, 2025).

Em Montes Claros, município localizado no norte de Minas Gerais, os ACE atuam em um contexto socioambiental complexo, caracterizado pela presença simultânea de diferentes endemias, como dengue, leishmaniose, esquistossomose e doença de Chagas, além de marcantes desigualdades sociais e territoriais (Pinheiro *et al.*, 2023; Rafael *et al.*, 2023; Silva *et al.*, 2024). Esse cenário impõe demandas contínuas e diversificadas ao trabalho dos ACE, reforçando a importância de compreender quem são esses trabalhadores e em que condições desenvolvem suas atividades.

Na literatura científica e nos documentos institucionais do Sistema Único de Saúde, os ACE são reconhecidos como profissionais estratégicos para o desenvolvimento das ações de vigilância em saúde e para o enfrentamento de endemias nos territórios. No entanto, durante o desenvolvimento do presente estudo, observou-se dificuldade na localização de investigações que descrevessem, de forma sistematizada, o perfil sociodemográfico e as condições de saúde desses trabalhadores, especialmente em municípios de médio porte. Essa limitação de evidências empíricas compromete o planejamento da gestão do trabalho, a vigilância em saúde do trabalhador e a formulação de estratégias institucionais de valorização profissional baseadas em dados locais (Pires, 2000; Ferraz; Aerts, 2005).

Diante desse cenário, justifica-se a realização do presente estudo pela necessidade de produzir evidências empíricas que permitam compreender, de forma sistematizada, dimensões ainda pouco exploradas na literatura acerca do perfil sociodemográfico e das condições de saúde dos Agentes de Combate às Endemias, tais como características etárias, nível de escolaridade, vínculos e condições de trabalho, exposição a riscos ocupacionais e ocorrência de agravos relacionados ao exercício profissional.

A ausência dessas informações, especialmente em municípios de médio porte, fragiliza a capacidade da gestão em planejar ações efetivas de vigilância em saúde do trabalhador, identificar situações de vulnerabilidade e implementar estratégias institucionais voltadas à promoção da saúde, prevenção de adoecimentos e valorização profissional.

Nesse sentido, ao produzir dados locais e contextualizados, este estudo busca contribuir para o fortalecimento do planejamento em saúde, subsidiando a formulação de políticas públicas, o aperfeiçoamento das condições de trabalho e a qualificação das ações de vigilância em saúde, em consonância com os princípios do Sistema Único de Saúde e com a necessidade de proteção e valorização desses trabalhadores estratégicos para o enfrentamento de endemias.

Nesse sentido, a caracterização do perfil sociodemográfico e das condições de saúde dos ACE permite identificar grupos mais vulneráveis, subsidiar o planejamento de ações institucionais e orientar políticas públicas voltadas à promoção da saúde, prevenção de agravos e melhoria das condições laborais, tanto no âmbito municipal quanto regional.

Assim, o presente estudo tem como objetivo descrever o perfil sociodemográfico e as condições de saúde dos ACE de Montes Claros (MG), contribuindo para o fortalecimento da vigilância em saúde do trabalhador e para o aprimoramento das estratégias de gestão e cuidado direcionadas a essa categoria profissional.

2. MÉTODO

Trata-se de um estudo epidemiológico, observacional, com delineamento transversal e descritivo, realizado entre os meses de julho e agosto de 2024. A pesquisa foi conduzida com ACE do município de Montes Claros, localizado na região norte de Minas Gerais, Brasil, com aproximadamente 400 mil habitantes e configurando-se como um polo regional de serviços e referência em saúde pública para os municípios do entorno.

A pesquisa teve caráter censitário, tendo como população elegível os 368 ACE vinculados ao serviço público municipal no período do estudo. Desse total, 304 ACE participaram da pesquisa, correspondendo a uma taxa de participação de 82,6%. Foram incluídos os ACE em exercício da função há pelo menos seis meses, critério adotado para assegurar experiência mínima nas atividades desempenhadas.

Foram excluídos os profissionais que, no período da coleta de dados, encontravam-se em situação de reajuste de função, afastados por atestados médicos ou

em período de férias, uma vez que tais condições inviabilizavam a participação ou descaracterizavam a exposição ocupacional relacionada às atividades típicas da função. Não foram registradas recusas formais à participação.

A coleta de dados ocorreu por meio da aplicação de um questionário estruturado e autoaplicável, elaborado com base em instrumentos previamente validados na literatura científica (Brasil, 2024) e nas diretrizes do Ministério da Saúde (Brasil, 2009). O instrumento contemplou variáveis sociodemográficas (sexo, idade, cor da pele, estado civil, escolaridade, renda familiar e número de filhos), ocupacionais (tempo de atuação e tipo de vínculo) e condições de saúde autorreferidas, incluindo doenças crônicas e sintomas relacionados à saúde mental.

Os dados foram analisados no software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), versão 20.0. Foram realizadas análises descritivas, por meio do cálculo de frequências absolutas e relativas, bem como medidas de tendência central e dispersão, quando aplicável. Embora se trate de um estudo descritivo, optou-se pela estimativa de intervalos de confiança de 95% (IC95%) para algumas proporções, com a finalidade de expressar a precisão das estimativas obtidas, sem caráter inferencial ou comparativo entre grupos. As variáveis seguiram as classificações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), e os dados ausentes foram apresentados nas tabelas sob a categoria “sem resposta”.

As condições de saúde foram avaliadas por autorrelato, o que constitui uma limitação reconhecida deste estudo e pode introduzir viés de informação, especialmente quanto aos transtornos de ansiedade e depressão. Tais relatos não permitem inferir diagnósticos clínicos formais (ex.: TAG ou TDM, conforme DSM-5), pois requerem avaliação profissional e critérios temporais específicos. Contudo, o uso de instrumentos validados (Brasil, 2024) assegura a confiabilidade dos dados para análise de prevalência e associações populacionais, objetivo primordial desta pesquisa.

A autodeclaração dessas condições pode estar sujeita a viés de informação, decorrente tanto de subnotificação, em razão do estigma social ou da dificuldade de reconhecimento dos sintomas, quanto de superestimação, associada à interpretação subjetiva do estado emocional pelo próprio indivíduo. Ademais, tais relatos não permitem estabelecer diagnósticos clínicos formais, como Transtorno de Ansiedade Generalizada ou Transtorno Depressivo Maior, uma vez que essas condições exigem avaliação profissional qualificada e o cumprimento de critérios clínicos e temporais específicos,

conforme estabelecido pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5).

Dessa forma, pode-se conceber que o estudo foi conduzido em conformidade com os preceitos éticos estabelecidos pela Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2012). Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário FIPMoc, sob o parecer nº 6.580.419. Após a verificação de consistência e validação dos dados, os resultados foram organizados e apresentados em tabelas e figuras, conforme as variáveis analisadas.

3. RESULTADOS

O perfil dos ACE em Montes Claros (MG) revelou a predominância do sexo masculino (82,2%) e a concentração da amostra na faixa etária entre 40 e 59 anos (50,7%). Quanto às características demográficas, a maioria se autodeclarou parda (64,5%), e 57,2% estavam casados ou em união estável.

Em relação ao nível de instrução, observou-se elevado grau de escolaridade, com 80,6% dos participantes apresentando ensino médio completo ou formação em nível superior. A distribuição indicou que 37,4% possuíam ensino superior (completo ou incompleto) e 54,3% ensino médio (completo ou incompleto).

Quanto às características ocupacionais, a mediana do tempo de atuação foi de cinco anos (intervalo interquartilico: 3–10 anos). Do total de ACE participantes, 63,5% exerciam a função há mais de dois anos, e 62,5% possuíam vínculo com o serviço público há cinco anos ou mais.

No aspecto econômico, a renda familiar mensal concentrou-se predominantemente entre dois e cinco salários-mínimos (80,0%). A média salarial bruta informada para a categoria foi de R\$ 4.236,00, com predominância de vínculo laboral no setor público municipal.

Entre os participantes, observou-se frequente relato de condições de saúde autorreferidas, sendo os sintomas de ansiedade (43,1%) e os problemas na coluna vertebral (41,3%) os mais prevalentes. Outras condições autorreferidas incluíram hipertensão arterial (26,6%), hipercolesterolemia (15,8%), sintomas depressivos (10,9%), diabetes mellitus (10,2%) e doenças cardiovasculares (6,3%).

As condições de saúde apresentadas correspondem a dados autorreferidos pelos participantes, não sendo possível estabelecer diagnósticos clínicos formais. Dessa forma, os resultados são apresentados de maneira estritamente descritiva, conforme as frequências observadas na amostra.

4. DISCUSSÃO

A análise do perfil dos Agentes de Combate às Endemias (ACE) de Montes Claros evidencia características que dialogam com achados de estudos realizados em outros contextos brasileiros. A predominância do sexo masculino e a concentração na faixa etária entre 40 e 59 anos diferenciam-se do padrão observado em grande parte das categorias da Atenção Primária à Saúde, historicamente compostas majoritariamente por mulheres (Falcão, 2024). Esse perfil pode estar relacionado à natureza operacional do trabalho dos ACE, que envolve deslocamentos territoriais extensos, esforço físico e exposição ambiental.

Esse perfil pode estar associado às características operacionais do trabalho dos ACE, que envolvem deslocamentos territoriais extensos, esforço físico e exposição ambiental, aspectos frequentemente descritos na literatura como componentes do processo de trabalho dessa categoria.

No que se refere à escolaridade, os resultados indicam um nível educacional relativamente elevado, com predominância de ensino médio completo ou superior, corroborando avanços na qualificação formal desses profissionais (Brasil, 2024). Entretanto, a formação dos ACE ainda apresenta fragilidades na educação permanente frente à complexidade crescente das ações de vigilância em saúde (Ministério da Saúde, 2023).

Iniciativas recentes, como o Programa Saúde com Agente, têm buscado fortalecer o protagonismo e o perfil profissional de ACS e ACE, reconhecendo-os como sujeitos centrais no processo de cuidado e na mediação entre os serviços de saúde e os territórios, contribuindo para a ampliação do acesso, a promoção da saúde e a prevenção de agravos no âmbito do SUS (Brasil, 2023).

A experiência profissional observada, com parcela expressiva dos Agentes de Combate às Endemias apresentando mais de cinco anos de atuação, sugere vínculos laborais relativamente estáveis. Por outro lado, a permanência prolongada pode estar

associada a maior exposição cumulativa a riscos ocupacionais, incluindo agravos osteomusculares e sofrimento psicossocial (Falcão, 2024).

No presente estudo, as condições de saúde mais frequentemente relatadas incluíram ansiedade, problemas na coluna vertebral e hipertensão arterial. É fundamental ressaltar que tais informações são autorreferidas e não configuram diagnósticos clínicos, devendo ser interpretadas como indicadores do estado de saúde percebido pelos trabalhadores. Ainda assim, a elevada frequência desses relatos reforça a importância de monitoramento sistemático das condições de saúde desses trabalhadores, considerando especialmente os riscos ocupacionais descritos na literatura, sem que seja possível estabelecer relação causal entre tais fatores e os desfechos observados no presente estudo.

Sob a perspectiva da Saúde do Trabalhador, a ocorrência de agravos autorreferidos não pode ser compreendida de forma isolada ou individualizada, devendo ser analisada à luz do processo e da organização do trabalho.

Estudos recentes apontam que o trabalho dos ACE no Brasil é marcado por exigências operacionais intensas, metas produtivistas, precarização de recursos materiais e limitações na proteção à saúde, evidenciando a responsabilidade dos empregadores na adoção de medidas estruturais de prevenção de riscos, promoção de ambientes de trabalho saudáveis e garantia de condições laborais adequadas, conforme preconizado pelas normativas de saúde e segurança no trabalho (Ministério da Saúde, 2023).

Nesse sentido, ações institucionais que envolvam ergonomia, vigilância dos riscos ocupacionais, suporte psicossocial e fortalecimento da gestão do trabalho são fundamentais para a proteção da saúde desses trabalhadores.

Do ponto de vista econômico, a predominância de renda familiar entre dois e cinco salários-mínimos sugere relativa estabilidade financeira, especialmente após a instituição do piso salarial nacional. Entretanto, a valorização profissional dos ACE não deve ser compreendida apenas sob a ótica remuneratória, sendo igualmente necessária a ampliação de políticas voltadas à qualificação, reconhecimento social e melhoria das condições de trabalho, aspectos reiteradamente apontados como determinantes para a qualidade de vida e o engajamento profissional (Brasil, 2024).

Cabe destacar que, por se tratar de um estudo transversal, não é possível estabelecer relações de causalidade entre as características ocupacionais e as condições de saúde relatadas, limitando-se a análise à descrição do perfil observado em um recorte temporal específico. Além disso, o estudo foi realizado em um único município,

restringindo a generalização dos achados para outros contextos. A utilização de informações autorreferidas constitui outra limitação, especialmente no que se refere aos relatos relacionados à saúde mental, os quais devem ser interpretados com cautela.

Ainda assim, os achados contribuem relevantemente para a compreensão do perfil sociodemográfico, ocupacional e de saúde dos ACE em um município de médio porte, oferecendo subsídios para o planejamento de ações de vigilância em saúde do trabalhador, para o aprimoramento da gestão do trabalho e para o fortalecimento de políticas públicas voltadas a essa categoria profissional estratégica do SUS. Estudos multicêntricos e com delineamentos complementares são recomendados para aprofundar a análise dessas questões em diferentes realidades territoriais.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo alcançou seu objetivo ao descrever o perfil sociodemográfico, ocupacional e as condições de saúde dos Agentes de Combate às Endemias (ACE) do município de Montes Claros (MG). Os resultados evidenciaram predominância do sexo masculino, concentração na faixa etária entre 40 e 59 anos, elevado nível de escolaridade e tempo prolongado de atuação profissional, caracterizando uma categoria com vínculos laborais relativamente consolidados no serviço público municipal.

No que se refere às condições de saúde, observou-se frequente relato de agravos crônicos, com destaque para ansiedade, problemas osteomusculares e hipertensão arterial. Essas informações, obtidas por autorrelato, não configuram diagnósticos clínicos, devendo ser interpretadas como indicadores do estado de saúde percebido pelos trabalhadores no contexto de suas atividades laborais.

Os achados reforçam a relevância dos ACE como profissionais estratégicos no Sistema Único de Saúde, atuando diretamente na promoção da saúde, na prevenção de agravos e na ampliação do acesso aos serviços nos territórios. Ao mesmo tempo, evidenciam a necessidade de atenção permanente às condições e à organização do trabalho, com ênfase na responsabilidade institucional dos empregadores na implementação de ações de vigilância em saúde do trabalhador, prevenção de riscos ocupacionais e promoção de ambientes de trabalho saudáveis.

Embora o delineamento transversal e a realização do estudo em um único município limitem a generalização dos resultados, as informações apresentadas oferecem subsídios relevantes para o planejamento de ações locais e regionais, contribuindo para o

aprimoramento da gestão do trabalho, o fortalecimento das políticas públicas voltadas à saúde do trabalhador e a valorização profissional dos ACE.

Por fim, recomenda-se realizar estudos multicêntricos, com delineamentos complementares, que permitam aprofundar a compreensão sobre as condições de vida, trabalho e saúde dos ACE em diferentes contextos territoriais, ampliando a base de evidências para a formulação de estratégias institucionais e intersetoriais voltadas à proteção e promoção da saúde desses trabalhadores.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2025.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 120, de 5 de maio de 2022**. Altera o art. 198 da Constituição Federal para instituir o piso salarial nacional dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias. Brasília, DF: Presidência da República, 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc120.htm. Acesso em: 2 maio 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006**. Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição Federal. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111350.htm. Acesso em: 5 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico**, Brasília, DF, v. 55, n. 11, 2024. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br>. Acesso em: 5 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de Vigilância e Controle de Zoonoses**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **O Agente Comunitário de Saúde no controle da dengue**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/agente_comunitario_saude_controle_dengue.pdf. Acesso em: 5 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Plano Nacional de Saúde 2024-2027**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em:

https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_nacional_saude_2024_2027.pdf. Acesso em: 16 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS nº 2.304**, de 12 de dezembro de 2023. Institui o Programa Mais Saúde com Agente. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 dez. 2023. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2023/prt2304_18_12_2023.html. Acesso em: 16 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. **Diretriz nacional para atuação integrada dos agentes de combate às endemias e agentes comunitários de saúde no território**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2025. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretriz_atuacao_integrada_agentes_combat_e_endemias.pdf. Acesso em: 19 fev. 2026.

FALCÃO, A. C. **Perfil sociodemográfico e profissional de agentes de combate às endemias na região metropolitana de Porto Alegre**. 2024. 120 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/279182>. Acesso em: 16 fev. 2026.

FERRAZ, L.; AERTS, D. R. G. C. O cotidiano de trabalho do agente comunitário de saúde no PSF em Porto Alegre. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 347-355, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Classificação das variáveis sociodemográficas e econômicas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Programa Mais Saúde com Agente**. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sgtes/mais-saude-com-agente>. Acesso em: 16 fev. 2026.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE; BRASIL. **Chamado à ação de Toronto: 2006–2015**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006.

PINHEIRO, F. *et al.* Perfil epidemiológico da leishmaniose em Montes Claros. **Revista Unimontes Científica**, Montes Claros, v. 25, n. 1, p. 1-15, 2023.

PIRES, D. Reestruturação produtiva e consequências para o trabalho em saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 53, n. 2, p. 251-263, 2000.

RAFAEL, A. F. *et al.* Overview of Chagas disease surveillance in an endemic region in Brazil. **Revista do Instituto de Medicina Tropical de São Paulo**, São Paulo, v. 65, p. 1-9, 2023. DOI: 10.1590/S1678-9946202365005.

SILVA, A. F. *et al.* Distribuição da esquistossomose no sudeste brasileiro. **Brazilian Medical Science**, Belo Horizonte, v. 10, n. 14, p. 1-10, 2024.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Júlia Oliveira Braga, escreveu o artigo, contribuindo substancialmente para a concepção e desenho do estudo e para a aquisição e análise dos dados coletados; tendo revisado o texto criticamente do ponto de vista intelectual e aprovado a versão final a ser submetida à apreciação de publicação.

Sabrina Araújo Melo Brito, escreveu o artigo, contribuindo substancialmente para a concepção e desenho do estudo e para a aquisição e análise dos dados coletados; tendo revisado o texto criticamente do ponto de vista intelectual e aprovado a versão final a ser submetida à apreciação de publicação.

Antônio Prates Caldeira, contribuiu substancialmente para a concepção e desenho do estudo, tendo revisado o texto criticamente do ponto de vista intelectual e aprovado a versão final a ser submetida à apreciação de publicação.

Lanuza Borges Oliveira, contribuiu substancialmente para a concepção e desenho do estudo, tendo revisado o texto criticamente do ponto de vista intelectual e aprovado a versão final a ser submetida à apreciação de publicação.